

CURSO DE CAPACITAÇÃO - INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

(Programação fechada para defensores públicos previamente inscritos)

11 de dezembro (sexta-feira)

Local: Complexo Penitenciário de Pedrinhas
São Luís, Maranhão

9h	Defensoria Pública e a inspeção prisional: a organização da inspeção • Paulo Rodrigues da Costa (Depen) • André Castanho Giroto (Depen)
9h	Intervenção artística - Grafiteagem nos muros do Complexo Penitenciário de Pedrinhas (Atividade paralela)
10h	A inspeção prisional: aspectos a serem verificados • Rodrigo Duque Estrada Roig (DPE-RJ/Anadep)
11h	Elaboração do relatório: o relatório de inspeção unificado • Maria Gabriela Peixoto (Depen)
11h	Roda de leitura com detentos (Atividade paralela) • Klester Cavalcanti (jornalista e escritor)
12h-14h	Intervalo para almoço
14h	Procedimentos posteriores à inspeção • Marianna Granja (DPE-PE)
15h	Parte prática do curso: Inspeção ao presídio Coordenadores: • Mariana Lobo (CNPC) • André Castanho Giroto (Depen) • José Arruda da Silva (PA)
17h	Mesa Redonda - Troca de impressões e encerramento da programação • Representantes do Depen, SRJ, CNPCP, Anadep, Anadef, Condege e DPU

Confira nosso site

 defensorianocarcere.wix.com/defensorianocarcere

Siga-nos nas redes sociais:

 www.facebook.com/defensorianocarcere

 www.twitter.com/dccarcere

Apoio



Estado do Rio Grande do Sul



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ADPEMA



ANADEP
Associação Nacional de Defensores Públicos



GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS OS
DIAS



DPU
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO



CONDEGE
Conselho Nacional dos Defensores Públicos Estaduais



ANADEF

Associação Nacional dos
Defensores Públicos Federais



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Defensoria no Cárcere



SOBRE O DEFENSORIA NO CÁRCERE

A Constituição Federal de 1988 consagrou a Defensoria Pública como um dos pilares do Estado Democrático de Direito brasileiro. Destacou-a enquanto importante ator político na elaboração de ações estratégicas para a democratização e o acesso ao sistema de justiça, incumbindo-lhe o papel de defesa de direitos e garantias individuais de pessoas em situação de vulnerabilidade.

No caso da população privada de liberdade, essa defesa se faz urgente. Os últimos números sobre a realidade penitenciária do País comprovam que o cárcere representa perda de identidade, abandono e desesperança, inviabilizando, muitas vezes, a inserção do egresso à sociedade. Na maioria dos casos, a vivência penitenciária no Brasil não é capaz de cessar o ciclo de violências que tem conduzido pessoas à situação de encarceramento. Ao revés, as penitenciárias brasileiras tendem a intensificar esse ciclo e a devolver à sociedade a violência.

O último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), comprova que nunca se prendeu tanto no Brasil. Nos últimos 25 anos, a população penitenciária cresceu 575% sem um crescimento proporcional no número de vagas. Do total de presos no Brasil, 41% são provisórios, ou seja, ainda aguardam julgamento. Destaca-se, nesse sentido, a quantidade de demandas por assistência jurídica encaminhadas à Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, representando cerca de metade dos casos.

É nesse cenário que foi concebido o Programa Defensoria no Cárcere, iniciativa do Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNP/CP), da Defensoria Pública da União (DPU), do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), da Associação Nacional dos

Defensores Públicos Federais (Anadef) e da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). O programa tem como objetivo a reafirmação do papel do defensor público como órgão da execução penal, enquanto garantidor do direito à ampla assistência jurídica, bem como de fiscal de estabelecimentos de privação de liberdade.

Assim, o Programa Defensoria no Cárcere busca fomentar, aprimorar e uniformizar a atuação da Defensoria Pública nos estabelecimentos prisionais em todo o País e instrumentalizar o defensor público com ferramentas necessárias ao desempenho de sua função institucional, concedendo-lhe apoio para contribuir de forma efetiva na transformação da realidade do cárcere no Brasil.

9 de dezembro de 2015 (quarta-feira)

Local: Auditório da Casa Civil - Palácio Henrique de La-Rocque

Endereço: Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, São Luís, Maranhão

PROGRAMAÇÃO	
15h	Apresentação do Programa Defensoria no Cárcere <i>Maria Gabriela Peixoto, ouvidora do DEPEN e Rodrigo Roig, defensor público do Estado do Rio de Janeiro</i>
15h15	Solenidade de abertura
15h45	Palestra-magna <i>Renato De Vitto, diretor-geral do Depen</i>
16h30	Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Depen, SRJ, CNPCP, DPU, Condege, Anadep e Anadef <ul style="list-style-type: none">• Luis Carlos de Aguiar Portela, presidente do Condege• Haman Tabosa Moraes e Córdova, defensor-público geral federal• Joaquim Neto, presidente da Anadep• Michelle Leite de Souza Santos, presidente da Anadef• Renato De Vitto, diretor-geral do Depen• Marcelo Veiga, secretário de Reforma do Judiciário• Fabiana Costa Oliveira Barreto, presidente interina do CNPCP

16h40	Apresentação artística Coral de detentos do sistema penitenciário do Maranhão
17h	Apresentação Stand-up Comedy <i>Epaminondas Gustavo (juiz Cláudio Rendeiro TJPA)</i>

CICLO DE SEMINÁRIOS - "A DEFENSORIA PÚBLICA E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO"

10 de dezembro de 2015 (quinta-feira)

Local: Auditório da Casa Civil - Palácio Henrique de La-Rocque.

Endereço: Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n Calhau, São Luís, Maranhão

PROGRAMAÇÃO	
9h	Audiências de custódia <ul style="list-style-type: none">• Caio Paiva (DPU/Anadef)• Juiz Luís Geraldo Sant'Anna Lanfredi (CNJ)• Augusto Botelho (IDDD)
10h	Tendência internacionais no sistema penitenciário <ul style="list-style-type: none">• Jéssica Morris (Conectas)• Rodrigo Roig (Anadep)• Representante da Human Rights Watch
11h	Perspectivas de gênero no sistema penitenciário <ul style="list-style-type: none">• Rosângela Santa Rita (Depen/MJ)• Daniele Osório (DPU)
12h-14h	Intervalo para almoço
14h	Boas práticas - Trabalho em rede na proteção dos direitos de internos e familiares <ul style="list-style-type: none">• Joaquim Neto (DPE-MA/Anadep)• Tatiana Melo (DPU)
15h	A importância das ações coletivas no cárcere <ul style="list-style-type: none">• Arthur Luiz Pádua (DPE-TO)• Átila Ribeiro Dias (DPU-BA)
16h	A Defensoria Pública na prevenção e combate à tortura <ul style="list-style-type: none">• Padre Valdir Vieira (Pastoral Carcerária)• Patrícia Magno (DPE-RJ)• Representante da Secretaria de Direitos Humanos/MJ